

Exm^o Senhor Ministro,

Estou serenamente à beira do Lago de Tuusula, a escassos quilómetros de Helsínquia, onde me preparo para mais uma reunião da EUROMIL e resolvi aproveitar,



Senhor Ministro, a paz desta paisagem nórdica, de folhas caducas amareladas e húmidas que permanecem imóveis nos seus sustentáculos feitos árvores esguias e direitas, ao som de uma qualquer obra de Haydn que transporto no meu portátil, para lhe dirigir algumas palavras e reflectir em conluio com este suave ambiente, sobre a dificuldade que tenho em me contentar com aquilo que Vossa Excelência não me dá, enquanto militar e cidadão mas que dá a ideia de

dar, enquanto ministro e dirigente partidário.

Sendo, como Vossa Excelência de certo saberá, dirigente da ANS, tenho, para além daquelas que a minha condição de militar sargento me atribui, responsabilidades acrescidas enquanto parte de um colectivo que arca com a responsabilidade de levar a bom termo muitas das ansiedades dos Sargentos de Portugal, enquanto cidadãos, militares e membros assumidos das Forças Armadas.

A missão que nos foi traçada pela vontade colectiva de uma categoria que, nos idos de 89 decidiu tomar em suas mãos parte significativa do futuro que nos era dia-a-dia negado, tem vindo a desenrolar-se de forma dura e irregular, mas sempre alimentada por uma esperança infinita e uma indomável certeza de que só tem a derrota assegurada quem não luta por aquilo em que acredita. Desde então até agora, muitas vicissitudes foram vencidas, muitas batalhas ganhas, imensas foram as lições que demos de que a inteligência e a perseverança sempre nos levam em frente e também algumas vezes, aprendemos com os revezes e os desvios, a abrir de novo o caminho na direcção da verdade, da determinação e da razão por todos reconhecida.

Têm sido tempos de intensa luta, no sentido construtivo da palavra, de um constante sacrifício que não recusamos, antes engrandecemos na proporção da sua dimensão e da sua dolorosa corrosão e tudo isto porque acreditamos que não é inevitável, para os militares, subsistirem no limite do desespero, na fronteira do tolerável, na ilusão de uma qualquer condição que os transforma em seres especiais, para quem a disciplina, a honra e as tradições chegam perfeitamente para alimentar os seus anseios e necessidades.

Estou aqui sentado, à beira do Lago de Tuusula, na Finlândia do Santa-Klaus, excelsamente recebido pelo meu camarada Tenente Ari Pakarinen, dirigente do Päälystöllitös, a Associação dos Oficiais Subalternos Finlandeses e não posso deixar de reflectir sobre umas coisas que ele me disse, mas sobre as quais não vou ainda dissertar, para não me tornar demasiado incómodo para si, Senhor Ministro. Apenas lhe posso adiantar que na Finlândia, o direito de associação para os militares, já está consagrado desde 1917, mas isto é apenas uma referência temporal, nada mais. Não quero com isto dizer que o nosso direito adquirido veio tarde ou cedo. Veio quando aconteceu, dentro do seu processo e conta tanto uma data como a outra. São tempos diversos. Povos com percursos diferentes e sociedades, cada uma com os seus conceitos moldados pela história, pela génese do próprio povo e pela evolução a que foram sujeitas.



Acontece, Senhor Ministro, que, enquanto associação e projecto catalisador dum desejo de coerência, tanto interna como externa, a ANS ultrapassou já inúmeras dificuldades de percurso e nunca, por nunca, se achou em posição de poder dizer que os objectivos foram alcançados. Em cada progresso conquistado, sempre tivemos o discernimento de reconhecer o quanto nos falta ainda para atingir um estádio reconhecidamente confortável para as metas a que nos propusemos. E uma importante arma que temos reside na nossa capacidade de conseguirmos acreditar nos homens. De criarmos, a partir de cada dificuldade, a esperança quase intemporal de que os homens foram criados à imagem daquilo que nós deles concebemos. Humanamente imperfeitos mas potencialmente ímpolitos e honestos.

Por tudo isto nos fere e nos incomoda vivamente a sensação de uma certa manipulação da verdade e um inqualificável silêncio no acto de decidir.

Mas penso eu isto, Senhor Ministro, envolto nesta bruma de Outubro à beira do Lago de Tuusula, ainda e sempre com Haydn como moldura auditiva, só superada pelo silêncio dos bosques que à minha frente se espriam. E continuo a rever as palavras de um tom inquestionavelmente finlandês, que o meu amigo Ari Pakarinen, me vem desenhando na minha ânsia de saber mais e mais sobre esta realidade tão longínqua, quão estranha, para o nosso universo. Dizia-me ele que o Päälystöllitös nasceu em 1929, como Associação de Sargentos, por sugestão do próprio Chefe da Defesa Finlandês,





Associação Nacional de Sargentos



Carta aberta de um dirigente ao Ministro da Defesa _____

Autor: _____

Pág. 3 de 8

que com a sua criação quis materializar a ajuda aos elementos mais novos, na área da instrução e da educação, levando a que, finalmente, na década de 60, estes conquistassem a possibilidade de ascensão à categoria de Oficiais Subalternos, dando forma àquilo que é hoje a Associação dos Oficiais Subalternos Finlandeses - o Päälystöllitto!

Mas a sensação que tenho, senhor Ministro, é que Vossa Excelência tem estado ausente da realidade que vivem os seus homens. Os homens que dedicaram as suas vidas à defesa de Portugal e agora, ainda mais, da liberdade e do direito à vida de povos tão longínquos como os de Timor, do Kosovo ou da Macedónia. E a sua ausência, Senhor Ministro, não corresponde aos intuítos que nos apresentou, quando, ao lhe comunicarmos que para nós, o ano corrente seria dedicado às carreiras, nos assegurou, que também, por parte do MDN, era essa a intenção e iríamos nisso trabalhar juntos. As palavras que se dizem, Senhor Ministro, talvez possam não ter o mesmo valor para uns e para outros, mas da nossa parte elas têm, de certeza, o valor do compromisso, da lealdade e da honra com que se vem construindo o nosso percurso.

Será talvez desnecessário alertá-lo para a perigosa encruzilhada em que se encontram as nossas Forças Armadas, ao nível dos seus recursos humanos. O fim do serviço militar obrigatório, a deficiente implantação dum novo serviço militar apoiado no voluntariado e num pretensão profissionalismo, aliados a uma crescente desatenção pelo pessoal dos quadros permanentes, com especial incidência na categoria de sargentos, têm vindo a criar as condições para uma imprevisível crise de pessoal que parece, no entanto, não preocupar de forma visível os mais altos responsáveis. Os meios humanos, Senhor Ministro, não se resolvem com qualquer concurso no âmbito da Lei de Programação Militar. Por mais que procure e por mais firmas que consulte, nenhuma lhe vai resolver o desastre dumas Forças Armadas, armadas sim, mas despojadas de homens, mulheres e saber para operarem os meios que hoje tão ansiosamente se preocupa em prometer aos chefes militares e ao país! Nem os chefes militares, por muito satisfeitos que fiquem, conseguirão tirar o rendimento mínimo e indispensável aos equipamentos inertes e impotentes, pela ausência de mão de obra ou, pior ainda, operados por uma mão de obra incompetente, desqualificada e desmotivada, que é aquilo para que se caminha, se não for chamada à razão a crescente incapacidade de administração dos recursos humanos, o reconhecimento do seu valor e importância e o investimento numa formação que a valorize, a prepare e a rentabilize.

Não posso deixar de lhe confessar, Senhor Ministro, que lhe escrevo estas linhas, envolvido pela maior serenidade que me é transmitida pela ambiência que me rodeia, aqui, nas margens do Lago de Tuusula e ainda há pouco, passeando calmamente no chão atapetado pelas folhas secas de Outono que cobrem o terreno húmido e macio destas margens, encontrei um simples esquilo, que, obviamente insensível a todas estas minhas preocupações, se dedicava naturalmente a roer um qualquer fruto, numa atitude de pura subsistência. Os membros superiores avidamente empenhados na manipulação do

alimento encontrado, mais pareciam mãos postas em profunda oração. Ao pressentir-me, preferiu recolher-se à protecção mais avisada de uma das esguias árvores de troncos praticamente nus e desapareceu pelo emaranhado de ramos, preservando o seu instinto de protecção e sobrevivência, num claro desprezo pelas minhas profundas dúvidas e meditações.



Mas as palavras do meu camarada Ari Pakarinen não me saíam da cabeça e é-me impossível não partilhar consigo, Senhor Ministro, aquilo que ele na noite anterior me revelou, em amena conversa de grande amizade e companheirismo. Dizia-me ele, que esta coisa do associativismo, era o reconhecimento da inteligência e do bom senso que tem de haver na importante tarefa da condução dos homens e na liderança a qualquer nível. Um chefe que não considere o associativismo como uma ferramenta para a sua liderança e o bom desempenho da missão, está certamente a prestar um péssimo serviço ao país e a fomentar pontos indesejáveis de discórdia onde deveria encontrar apoios e vontade de bem servir. Não é este o caso, obviamente, em Portugal. Pelo menos no que respeita à existência das ferramentas necessárias para que tudo se possa passar de outra maneira. Vivemos um tempo novo em que o associativismo militar de cariz sócio-profissional é já uma conquista. Um dado adquirido. Falta no entanto praticá-lo! Respeitá-lo e fazer dele um instrumento somativo à capacidade de liderança! O que nos falta ainda, é um certo pragmatismo por parte dos políticos, para que encarem com naturalidade e positivismo esta realidade. E por parte dos chefes militares, um exigente exercício de reavaliação dos conceitos de liderança e de partilha das responsabilidades. Ninguém lhes pede para abdicarem de poder, apenas que não o usem numa forma totalitária, absolutista e pessoal. Todo o poder que não assentar numa aceitação de partilha de responsabilidades corre inevitavelmente o risco de se tornar num projecto de isolamento, de arbitrariedade, num projecto pessoal, que retira ao poder toda a legitimidade e o transforma num acto de arrogância e de impotência camuflada numa autoridade já vencida pela cegueira da intolerância.

Temos que reconhecer, Senhor Ministro, que a praxis mudou ligeiramente desde que este governo entrou em funções. O relacionamento tornou-se mais fácil. Criou-se até um clima de abertura e grande coloquialismo. Mas isso só, convenhamos, não chega! Nem os nossos problemas se resolvem com agradáveis conversas e palmadinhas nas costas, nem os sargentos que representamos se alimentam de promessas e de declarações que não ultrapassam a formalidade do discurso político que apenas se preenche a si próprio e em si próprio se alimenta. Nós até compreendemos todos esses códigos dum certo exercício da política que se veio instalando na nossa sociedade, mas nem partilhamos dos mesmos valores, nem nos revemos nesses artifícios que fazem da política, não uma ciência, mas antes um instrumento artificial da gestão manipuladora do útil e do



necessário em constante confronto com uma certa inevitabilidade da inoperância e mesmo de uma certa incoerência.

Para nós, Senhor Ministro, só uma coisa conta: - a vontade assumida para a resolução dos problemas, mesmo que uma certa bruma de dificuldade e mesmo de impossibilidade, possa pairar por sobre a análise dos mesmos. Não negamos impossibilidades transitórias, assim como não nos assusta a busca da melhor oportunidade, do melhor consenso, do compromisso inevitável. Só não aceitamos a recusa do diálogo, a desvalorização dos problemas, a inevitabilidade dum certo fatalismo existencial e a indisponibilidade para a busca de soluções. Porque esses são os únicos caminhos que podem dignificar as posições, tanto nossas como da tutela.

Quando clamamos que a situação é difícil, não o fazemos como forma abstracta de pressão sobre o que quer que seja. São homens e mulheres que estão no centro destas dificuldades. Homens e mulheres que acreditaram naquilo que os políticos lhes prometeram e os seus chefes confirmaram, com aquelas certezas que os chefes tanto gostam de articular, o que lhes dá um certo toque de poder e autoridade. Mas do que se trata, Senhor Ministro, é da vida de pessoas e não de projectos políticos ou de manipulações mediáticas, ditadas pela sede de poder ou mesmo pelas convicções pessoais assentes em valores sobrevalorizados de um qualquer conceito social, político ou religioso. As vidas das pessoas não são laboratórios vivos para pesquisas sociais da ambição de cada um e muito menos, o seu direito à vida pode ser confundido com a ideia de cobaias humanos à disposição da experimentação de novas teses sociais.

O progressivo desinvestimento a que foram sujeitas as nossas Forças Armadas não tem apenas reflexo ao nível do material obsoleto e desajustado da realidade e das necessidades actuais, mas também duma desastrosa administração do pessoal e total incapacidade para se saber ler os sinais de ruptura que repetidamente foram sendo denunciados pelas associações suas representativas e ainda numa irresponsável descaracterização e desinvestimento social e cultural da própria imagem da Defesa Nacional que se deixou resvalar para níveis impensáveis, dos quais vai ser muito penoso sair e que não se recuperam, nem com campanhas publicitárias nem com Dias da Defesa Nacional, pese embora a pureza dos princípios desta medida. Passa por uma verdadeira assunção das responsabilidades que todos temos nesta matéria. Tem de ser uma tarefa partilhada e credível que não cabe em campanhas publicitárias, decretos, normas ou coimas.

Se o Senhor Ministro tiver o cuidado de reler os nossos textos mais remotos, verá que nós andamos a dizer isto há imenso tempo. É uma constante das nossas reais preocupações e dizê-mo-lo porque sentimos como um pedaço de nós, esta mais valia que se vem perdendo e que enfraquece também os homens e mulheres que acreditam numa Defesa verdadeiramente assumida, sem complexos nem demagogias.

E quando reclamamos urgência, atenção e seriedade na discussão dos problemas do pessoal, desta máquina que tantas vezes nos é apresentada numa forma tão pouco humana e necessária, é porque nada se justifica sem os homens e mulheres que constituem o seu sangue, o seu suor e as suas lágrimas. Até parece, por vezes, que os exércitos se resumem a generais e equipamentos e depois, no meio de tudo isso, uma imensa massa humana que quanto mais difusa, impessoal e silenciosa, melhor. Mas os efectivos dessa máquina são pessoas que carecem de ser formadas, treinadas, integradas e socialmente consideradas como um instrumento importante da instituição e precisam que lhes sejam encontradas soluções para poderem funcionar como cidadãos e militares e cumprirem ambas as obrigações. É preciso que lhes seja reconhecido o direito a terem família. A estudarem. A procriarem, sem que os seus filhos tenham um estigma qualquer que os penaliza pelo facto de serem filhos de militares. E as mães militares desses filhos que não são militares possam criar as suas crianças sem as dificuldades de se terem de confrontar com uma teia de normas e regulamentos militares que não entram em linha de conta com o facto de elas poderem, como qualquer mulher, ser mães e mulheres... Quando abrimos as fileiras à mulher, é nossa responsabilidade proporcionarmos-lhe as condições mínimas para que elas cumpram a missão de cidadãs militares e mulheres, sem que isso constitua uma excepção mais evidente do que o facto de uns serem homens e outros mulheres, como em tudo na vida. É com esta miríade de problemas sociais e profissionais que nos preocupamos e não apenas com questões meramente económicas e salariais. Por isso exigimos mais atenção por parte da tutela. Uma atenção que tem estado totalmente arredada das preocupações de quem teria a responsabilidade máxima de nisso pensar. Mas nós estamos dispostos a partilhar essa responsabilidade. Estamos dispostos a contribuir para a busca de soluções. Estamos disponíveis para a identificação minuciosa de todos esses aspectos escondidos, esquecidos e mal encarados que afectam todo o tecido social das nossas Forças Armadas. Não estamos dispostos a calar o mal estar que sentimos e que nos consome a vontade de sermos cidadãos em uniforme sim, mas cidadãos de corpo inteiro e de alma plena!

O Lago de Tuusula ficou já para trás e agora deixo-me envolver pela serenidade da cidade de Helsínquia, numa tarde de Domingo. Helsínquia é uma urbe calma e sem grandes sobressaltos. Uma cidade de tectos baixos que não ultrapassam a altura da torre do seu Estádio Olímpico. Uma assunção de cidadania que se quer reflectida também no seu perfil arquitectónico e que demonstra um espírito pouco interessado na asfixia citadina que as sociedades ditas evoluídas tanto gostam de fazer vingar para gáudio das suas ansiedades e frustrações. Disseram-me haver na cidade um original monumento a Sibelius,



compositor Finlandês do Século dezanove, fortemente influenciado pelo movimento nacionalista (até 1917 a Finlândia era um grão-ducado do Império Russo), pela mitologia e pelo folclore Finlandês. Como curiosidade, algo



mórbida, não fosse a realidade do facto, assinalaram-me mesmo que a autora de tal escultura, Eila Hiltunen, uma artista nonagenária, havia morrido dois dias antes desta minha incursão no Parque Sibelius, no bairro de Töölö. A visão musical do monumento, com os seus tubos de comprimentos diversos reunidos na forma dum órgão ali nascido na verdura do parque, retratam, numa forma talvez estranha e surpreendente a importância, no panorama artístico escandinavo, deste compositor tão respeitado. Manda a tradição que os visitantes enfiem a cabeça na base de um dos inúmeros tubos de aço inoxidável e gritem do modo mais sonoro, esperando pela resposta desse acto libertário nos cambiantes inesperados do eco reproduzido.

Mas perguntar-se-á Vossa Excelência, o que lhe interessa o Monumento a Sibelius quando aquilo que lhe quero dizer parece nada ter a ver com a obra do compositor Escandinavo!?... Pois, efectivamente, olhando a estrutura tubular do monumento ao compositor, aqueles cilindros ocios e sem princípio nem fim, que levam o nosso olhar para um infinito que se confunde com o cinzento da tarde nórdica que teima em se manter, não posso deixar de estabelecer uma certa analogia com as respostas vazias, ociosas e de um alcance tão infinito, que Vossa Excelência tem vindo a dar aos problemas concretos e prementes que temos vindo repetidamente a apresentar-lhe. Talvez a única verdadeira e inquestionável diferença tenha efectivamente a ver com o facto de, daquela estrutura metálica se poder antever, antes imaginar, o desenho de belas harmonias e de sons enriquecedores dos nossos sentimentos, coisa inimaginável de retirar do silêncio das suas respostas, Senhor Ministro.

Aquilo que desde o início do seu mandato lhe vimos expondo e catalogando de essencial, urgente e imperioso resolver, fazê-lo, não porque decidimos qualquer estratégia de oposição ao seu mandato. Não porque façamos parte de qualquer projecto anti o que quer que seja!... É porque somos, antes de tudo, a favor da instituição militar, da defesa dos seus elevados interesses, conjugados com os dos homens e mulheres que representamos. Assumimos este acto intransigente de defesa dos princípios e valores que nos servem de rumo e de redobrada vontade de bem servir, porque acreditamos que na defesa dos militares que honradamente servem o país, reside a força moral e anímica de toda uma instituição. A força e razão de ser das Forças Armadas dignas e úteis que se justificam pela grandeza de quem as serve, em todas as vertentes e de quem por elas é servido - o Povo Português!

Não podemos por isso deixar de estar indignados com o indelével passar dos dias, face à inacção que sentimos haver por parte do MDN, senão mesmo, a uma inexplicável insensibilidade para o reconhecimento, análise e busca de soluções para um conjunto de questões que desde o início lhe vimos expondo, na expectativa de que às intenções, desde o início apresentadas não correspondesse apenas um discurso político, num tom menor e com evidente falta de harmonia... Um problema, aliás tão habitual em políticos de fracos recursos, o que nos recusamos a reconhecer na pessoa de Vossa Excelência,

possa-se ou não considerar o seu percurso mais ou menos polémico... mas isso é uma questão que nos ultrapassa e sobre a qual nos recusamos argumentar!

Para nós, o Senhor é o Ministro da Defesa Nacional e tem por isso toda a responsabilidade para saber ouvir e atender, com razoabilidade e vontade de bem servir, os problemas sócio-profissionais que sentimos, com a certeza de que em retorno lhe asseguramos, com voto de honra e juramento, a defesa intransigente da Nação e dos bens Pátrios, do seu povo e dos valores e princípios pelos quais juramos cumprir, fazer cumprir e defender a Constituição da República! É um compromisso que só tem razão de ser quando todas as partes sabem honrar aquilo que lhes compete!

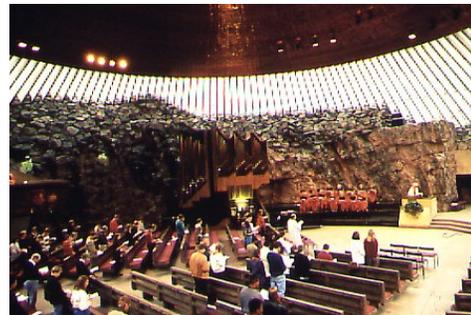
É pois de uma total insensibilidade a continuada persistência nesta atitude tão perigosa quanto irresponsável, porque se trata do bem estar, da dignidade e da moral de um grupo de cidadãos que têm por juramento o sacrifício da própria vida, na defesa da Pátria, dos valores da Liberdade e no cumprimento da *Lex Mater* de todas as leis nacionais.

Nas minhas deambulações por esta serena cidade de Helsínquia, acabo por descobrir uma das suas originais marcas, dum certo tom ecuménico da sublime arte de



respeitar todos os credos e todas as tendências religiosas. A Igreja de Temppeliaukio (Praça do Templo) ergue-se quase ao nível dos nossos olhos, vinda da profundidade duma cratera cavada na rocha sólida duma colina que apenas se faz cobrir por um tecto em tubo de cobre, ligeiramente côncavo e austero, como austero e mági-

camente belo é o seu interior, onde a rocha desbravada se confunde com algum, pouco, betão e a luz, divina ou não, consoante a perspectiva de cada um se faz anunciar por uma janela estriada a toda a volta, mesmo antes do início da cúpula que nos protege e ao mesmo tempo nos aproxima do céu que se estende lá fora por sobre a cidade...



A esmagadora serenidade que se faz sentir no seu interior é propícia à reflexão e ao exercício da meditação e o seu espaço abre-se a diversas confissões religiosas, assumindo-se assim como um templo universal onde apenas a concórdia reina e os homens e mulheres se sentem na sua verdadeira dimensão, mesmo que esta não seja a dimensão do seu próprio conhecimento da vida e da morte. Da verdade e da mentira. Da culpa e da razão. Da bondade e da maldade, mesmo a mais inocente e candidamente não assumida.

Senti-me bem, como há muito não me sentia e nem sei porquê. Tenho pela religião o respeito que exijo para o desconhecimento de mim próprio e pelo desconhecimento, mesmo, da razão e do objectivo último da vida. É um respeito mais forte do que qualquer crença que não consigo resolver comigo próprio. Mas é um respeito absoluto!